



# Câmara Municipal de Jaguariúna

## SECRETARIA

Processo Nº 015 Exercício de: 2020

ASSUNTO:

Projeto de Decreto Legislativo nº 001/20  
Dispõe sobre a concessão da Medalha Vereador  
Adna Hopsszi Saria" à Senhora Roberta de  
Azevedo Igineu Acordi

Nome:

Ver. Afonso Lopes da Silva

### AUTUAÇÃO

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, nesta cidade de Jaguariúna,  
na Secretaria da Câmara Municipal, autuo o processo acima referido como adiante se vê.  
Do que para constar, faço este termo.

Eu, \_\_\_\_\_, Secretário, a subscrevi





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 001/2020**

Dispõe sobre concessão da "Medalha Vereadora Adna Hossri Faria" a Senhora Roberta de Azevedo Irineu Acorsi

## **A CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA APROVA:**

Art. 1º - É conferido à Ilustríssima Senhora Roberta de Azevedo Irineu Acorsi a "Medalha Vereadora Adna Hossri Faria", instituída pela Resolução nº 199, de 03 de abril de 2020.

Art. 2º - A honraria de que faz menção este Decreto Legislativo, será entregue à estimada Senhora Roberta de Azevedo Irineu Acorsi em solenidade especial, no mês de março, nas proximidades do Dia Internacional da Mulher, em dia a ser convocado pela Presidência.

Art. 3º - As despesas oriundas da execução deste Decreto Legislativo onerarão dotações orçamentárias específicas consignadas à Câmara Municipal.

Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Câmara Municipal de Jaguariúna, 13 de fevereiro de 2020

**VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA - SILVA**

### **PROTOCOLO**

Nº de Ordem 0106/2020

Fls. Nº 087 Livro Nº 039

14/02/2020

Secretária

LIDO EM SESSÃO

DE 18/02/2020

PRESIDENTE

## ROBERTA DE AZEVEDO IRINEU ACORSI

Brasileira, nascida aos 19 de setembro de 1980, na cidade de São Bernardo do Campo, filha de José Roberto de Azevedo Irineu e Maria José de Azevedo Irineu, casada com Carlos Henrique Acorsi e mãe de Matheus Henrique Irineu Acorsi, mudou-se de São Bernardo do Campo para o município de Jaguariúna no ano de 1999.

No ano de 2000 foi aprovada em 2ª lugar em concurso público e ingressou como Guarda Municipal de Jaguariúna de carreira, onde atualmente é 2ª Classe.

Em 2008 graduou-se bacharel em Direito na Faculdade de Jaguariúna e no ano de 2015 formou-se em Prática Direito Previdenciário e Trabalhista - Pós-Graduação - na Prime MCMV – Educacional Ltda. (Proordem) com parceria com a FAJ.

Pela Rede EaD - SENASP. Secretaria Nacional de Segurança Pública, formou-se em vários cursos importantes para a aprimoramento e evolução profissional, quais sejam: Aspectos Jurídicos da Atuação Policial VA, Atendimento às Mulheres em Situação de Violência – VA, Atuação Policial Frente aos Grupos Vulneráveis – VA, Condutores de Veículos de Emergência, Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes VA, Filosofia dos Direitos Humanos Aplicada à Atuação Policial - VA , Mediação de Conflitos VA, Políticas Públicas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Tortura, Segurança Pública sem Homofobia VA.

No ano de 2017 foi convidada, pela Secretária de Segurança Pública, consequentemente pelo comandante da Guarda Municipal de Jaguariúna Paulo César Altheman e SubComandante Josafar Gonçalves Pomponet a coordenar a Patrulha Maria da Penha, que integra o “Projeto Anjo da Guarda da Mulher”.

A Patrulha Maria da Penha, trata-se de um mecanismo que garante agilidade nas ações de combate à violência contra a mulher. Sancionada pelo prefeito Gustavo Reis em 08 de dezembro de 2017, a Lei 2455/2017.

Em parceria com as secretarias municipais de Saúde, Educação e Assistência Social tem o objetivo de fiscalizar cumprimento das medidas protetivas de urgência às mulheres que obtiverem a concessão do benefício pelo Poder Judiciário. Entre as medidas que são adotadas estão o acolhimento da mulher vitimada por violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial.

Entre as providências que estão sendo adotadas, duas se destacam: o recebimento e encaminhamento ao comando da Polícia Municipal das medidas protetivas encaminhadas pelo Poder Judiciário; e visitas domiciliares periódicas pela Polícia Municipal à residências e imediações das moradias das vítimas sob proteção de medidas restritivas, além de acompanhar o cumprimento das medidas protetivas aplicadas pelo Poder Judiciário.

O cadastro medidas protetivas aprovadas pelo Poder Judiciário, deu-se a partir de janeiro de 2017 e atualmente, contamos com 156 medidas protetivas de urgências cadastradas, sendo que no ano de 2017 foram 51, em 2018 – 55, 2019 – 60, e 2020 – 13, até a presente data.

Todas são alvo de acompanhamento pelo programa, que inicialmente as orienta e encaminha aos órgãos da rede de atendimento que possam prestar algum auxílio psicológico ou material. O objetivo é prevenir e combater os diversos tipos de violência doméstica e familiar.

No programa, como já previsto na Lei, também são a realização de estudos, palestras, seminários e eventos que divulguem os direitos da mulher, para que todas tenham uma vida sem violência.

Ressalta-se que a premissa deste programa é o apoio necessário para que essa vítima supere à violência doméstica, pois a Segurança Pública ou a Justiça não evita a prática da violência, apenas a reprime e pune. Para superar a violência é preciso que se faça um processo de educação, para que essa família possa se libertar do ciclo de violência, e só a educação é capaz de empoderar as pessoas para que a violência se dê fim.

Jaguaruina, 13 de fevereiro de 2020.